

LEI Nº 6457, DE 17 DE JUNHO DE 2004.



**REFORMULA A DEFINIÇÃO,
COMPOSIÇÃO E COMPETÊNCIA DO
CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE,
CRIADO PELA LEI Nº 5920, DE 12 DE ABRIL DE
2001.**

O PREFEITO MUNICIPAL DE ARAÇATUBA, FAÇO SABER que a Câmara Municipal de Araçatuba aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Os artigos 1º, 2º e 3º da Lei Municipal nº 5920, de 12 de abril de 2001, este com nova redação dada pela Lei Municipal nº 6288, de 17 de junho de 2003, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º Fica criado o Conselho Municipal de Saúde, como órgão colegiado, deliberativo e permanente do Sistema Único de Saúde - SUS, integrante da estrutura administrativa do Município de Araçatuba."

"Art. 2º Ao Conselho Municipal de Saúde compete:

I - implementar a mobilização e articulação contínuas da sociedade, na defesa dos princípios constitucionais que fundamentam o SUS, para o controle social de saúde;

II - elaborar o Regimento Interno do conselho e outras normas de funcionamento;

III - discutir, elaborar e aprovar proposta de operacionalização das diretrizes aprovadas pelas Conferências de Saúde;

IV - atuar na formulação e no controle da execução da política de saúde, incluindo os seus aspectos econômicos e financeiros, e propor estratégias para a sua aplicação aos setores público e privado;

V - definir diretrizes para elaboração dos planos de saúde e sobre eles deliberar, conforme as diversas situações epidemiológicas e a capacidade organizacional dos serviços;

VI - estabelecer estratégias e procedimentos de acompanhamento da gestão do SUS, articulando-se com os demais colegiados, como os de seguridade, meio ambiente, justiça, educação, trabalho, agricultura, idosos, criança e adolescente e outros;

VII - proceder à revisão periódica dos planos de saúde;

VIII - deliberar sobre os programas de saúde e aprovar projetos a serem encaminhados ao Poder Legislativo, propor a adoção de critérios definidores de qualidade e resolutividade, atualizando-os em face do processo de incorporação dos avanços científicos e tecnológicos na área da saúde;

IX - estabelecer diretrizes e critérios operacionais relativos à localização e ao tipo de unidades prestadoras de serviços de saúde públicos e privados, no âmbito do SUS, tendo em vista o direito ao acesso universal às ações de promoção, proteção e recuperação da saúde em todos os níveis de complexidade dos serviços, sob a diretriz da hierarquização/regionalização da oferta e demanda de serviços, conforme o princípio da equidade;

X - avaliar, explicitando os critérios utilizados, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde - SUS;

XI - avaliar e deliberar sobre contratos e convênios, conforme as diretrizes dos Planos de Saúde Municipais;

XII - aprovar a proposta orçamentária anual da saúde, tendo em vista as metas e prioridades estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias (Art. 195, § 2º, da Constituição Federal), observado o princípio do processo de planejamento e orçamentação ascendentes (Art. 36 da Lei Federal nº 8080/90);

XIII - propor critérios para programação e execução financeira e orçamentária do Fundo Municipal de Saúde e acompanhar a movimentação e destinação dos recursos;

XIV - fiscalizar e controlar gastos e deliberar sobre critérios de movimentação de recursos da saúde, incluindo o Fundo Municipal de Saúde e os transferidos e próprios do Município;

XV - analisar, discutir e aprovar o relatório de gestão, com a prestação de contas e informações financeiras, repassadas em tempo hábil aos conselheiros, acompanhado do devido assessoramento;

XVI - fiscalizar e acompanhar o desenvolvimento das ações e dos serviços de saúde, e encaminhar os indícios de denúncias aos respectivos órgãos, conforme legislação vigente;

XVII - examinar propostas e denúncias de indícios de irregularidades, responder no seu âmbito a consultas sobre assuntos pertinentes às ações e aos serviços de saúde, bem como apreciar recursos a respeito de deliberações do Conselho, nas suas respectivas instâncias;

XVIII - estabelecer critérios para a determinação de periodicidade das Conferências de Saúde, propor sua convocação, estruturar a comissão organizadora, submeter o respectivo regimento e programa ao Pleno do Conselho de Saúde correspondente, explicitando deveres e papéis dos conselheiros nas pré-conferências e conferências de saúde;

XIX - estimular articulação e intercâmbio entre o Conselho Municipal de Saúde e entidades governamentais e privadas, visando à promoção da saúde;

XX - estimular, apoiar e promover estudos e pesquisas sobre assuntos e temas na área de saúde pertinentes ao desenvolvimento do Sistema Único de Saúde - SUS;

XXI - estabelecer ações de informação, educação e comunicação em saúde e divulgar as funções e competências do Conselho Municipal de Saúde, seus trabalhos e decisões por todos os meios de comunicação, incluindo informações sobre as agendas, datas e local das reuniões;

XXII - apoiar e promover a educação para o controle social. Constarão do conteúdo programático os fundamentos teóricos da saúde, a situação epidemiológica, a organização do SUS, a situação real de funcionamento dos serviços do SUS, as atividades e competências do Conselho Municipal de Saúde, bem como a legislação do SUS, suas políticas de saúde, orçamento e financiamento;

XXIII - aprovar, encaminhar e avaliar a política para os Recursos Humanos do SUS;

XXIV - acompanhar a implementação das deliberações constantes do relatório das plenárias dos conselhos de saúde."

"Art. 3º A composição do Conselho Municipal de Saúde será paritária entre os usuários e o conjunto dos demais segmentos representados, constituindo-se por vinte e oito membros, assim distribuídos:

I - Órgãos Governamentais e Prestadores de Serviços Privados Conveniados ou Sem Fins Lucrativos:

a) Órgãos Governamentais:

1. o Secretário Municipal de Saúde;
2. um representante do Executivo Municipal;
3. um representante do Programa Saúde da Família;

b) Prestadores de Serviços Privados Conveniados ou sem Fins Lucrativos:

1. um representante da Santa Casa de Misericórdia de Araçatuba;
2. um representante da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Araçatuba - APAE ou da Associação de Amparo ao Excepcional Ritinha Prates;
3. um representante dos laboratórios de análises clínicas e patológicas;
4. um representante do Hospital Benedita Fernandes;

II - Entidades dos Trabalhadores na Área de Saúde:

1. um representante do Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos e Serviços de Saúde de Araçatuba;
2. um representante da Associação Paulista de Medicina;
3. um representante da APAN - Associação de Psicologia da Alta Noroeste;
4. um representante da Associação Regional dos Funcionários da Saúde;
5. um representante do SINDHOSP - Sindicato dos Hospitais, Clínicas, Casas de Saúde,

Laboratórios de Pesquisas e Análises Clínicas e demais Estabelecimentos de Serviços de Saúde do Estado de São Paulo;

6. um representante da Associação dos Cirurgiões Dentistas de Araçatuba;

7. um representante do Conselho Regional de Medicina;

III - Entidades de Usuários dos Serviços de Saúde:

a) Sindicais:

1. um representante do sindicato dos Trabalhadores Rurais;

2. um representante de sindicato de trabalhadores urbanos;

3. um representante de sindicato patronal;

b) Organizações não Governamentais e Clubes de Serviço:

1. um representante da Campanha de Combate ao Câncer de Araçatuba;

2. um representante das Lojas Maçônicas;

3. um representante do Lions Clube;

4. um representante do Rotary Club;

5. dois representantes das associações de bairros, escolhidos entre si;

6. um representante de associação de portadores de deficiência;

7. um representante da Associação Amorexigente de Araçatuba;

8. um representante da Pastoral da Criança;

9. um representante da Pastoral da Saúde;

10. um representante do Conselho de Pastores de Araçatuba.

§ 1º A cada representante titular corresponderá um suplente.

§ 2º Os representantes no Conselho Municipal de Saúde serão indicados, por escrito, pelos seus respectivos segmentos ou entidades, de acordo com a sua organização ou de seus fóruns próprios e independentes, e terão formalizada a sua participação no conselho por ato próprio do Prefeito Municipal.

§ 3º Os membros do conselho serão investidos na função pelo prazo de dois anos, cessando a investidura, antes desse prazo, por renúncia, destituição ou perda da condição original de sua indicação, hipóteses em que será indicado novo conselheiro pela mesma entidade representada.

§ 4º Os conselheiros, em reunião plenária, logo após a instalação do conselho, elegerão o seu presidente e o secretário, com os respectivos substitutos, dando-lhes posse em ato contínuo."

Art. 2º Fica criado o Art. 5º-A, na Lei Municipal nº 5920/2001, com a seguinte redação:

"Art. 5º-A O Plenário do Conselho Municipal de Saúde reunir-se-á, no mínimo, a cada mês, e extraordinariamente, quando necessário.

§ 1º A pauta e o material de apoio às reuniões deverão ser encaminhados aos conselheiros com antecedência de três dias, exceto para reuniões extraordinárias, em que deverá ser obedecido o prazo de quarenta e oito horas.

§ 2º Poderão ser constituídos grupos de trabalho para ações transitórias, que poderão contar com integrantes não conselheiros."

Art. 3º Fica criado o Art. 2º A na Lei Municipal nº 5920/2001, com a seguinte redação:

"Art. 2º-A O Executivo Municipal garantirá autonomia para o pleno funcionamento do Conselho Municipal de Saúde, dotação orçamentária, secretaria executiva e estrutura administrativa.

Parágrafo único. O orçamento do Conselho Municipal de Saúde será gerenciado pelo próprio órgão."

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAÇATUBA, 17 de junho de 2004, 95 anos da Fundação de Araçatuba e 82 anos de Sua Emancipação Política.

JORGE MALULY NETTO

Prefeito Municipal

JUVÊNCIO DIAS GOMES

Secretário de Governo e Gestão Estratégica

JOSÉ PINHEIRO DE ABREU

Secretário de Saúde e Higiene Pública

Publicada e arquivada pelo Departamento de Atividades Auxiliares do Gabinete do Prefeito, nesta data.

VALDEMIR SARAIVA DA SILVA

Diretor do Depto. de Atividades Auxiliares do GP